



**EIXO TEMÁTICO:**

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade      | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania          |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade     | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade                 | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade |  |  |

## **Em busca de novos documentos: cidade, história e fontes de pesquisa na prática do Iphan dos anos 1980**

*Searching for new documents: city, history and sources in Iphan's during 1980's*

*En busca de nuevos documentos: ciudad, historia y fuentes en el Iphan nos años 1980*

NASCIMENTO, Flávia Brito do (1)

(1) Professor Doutor, Universidade de São Paulo, FAUUSP, São Paulo, SP, Brasil; [flaviabn@usp.br](mailto:flaviabn@usp.br)

## **Em busca de novos documentos: cidade, história e fontes de pesquisa na prática do Iphan dos anos 1980**

*Searching for new documents: city, history and sources in Iphan's during 1980's*

*En busca de nuevos documentos: ciudad, la historia y las fuentes de investigación en la práctica del Iphan nos años 1980*

### **RESUMO**

O presente artigo se estrutura a partir da perspectiva de problematizar a cidade como documento. Recuperando os conceitos de documento do campo da História e as práticas historiográficas brasileiras na sua relação com o campo da preservação do patrimônio edificado, buscaremos estudar como historicamente a cidade e a arquitetura foram tratadas como fonte pelo campo da preservação no Brasil nos anos 1980, entender as mobilizações teóricas e os autores citados, os estudos de centros urbanos em que tais argumentos foram aplicados, notadamente o de Laguna/SC.

**PALAVRAS-CHAVE:** *cidade-documento, Iphan, patrimônio urbano*

### **ABSTRACT**

*This article is structured from the perspective of the city as a document. Retrieving document by concepts of history and Brazilian historiographical practices in its relationship with the field of preservation of the built heritage, we seek to study how historically the city and the architecture were treated as a source for preservation practices in Brazil in the 1980s, understand the theoretical demonstrations and cited authors, studies of urban centers in which such arguments were applied, notably the Laguna / SC.*

**KEY-WORDS:** *city as document, Iphan, urban heritage*

### **RESUMEN**

*Este artículo se estructura desde la perspectiva de la ciudad como documento. Recuperando el documento en los conceptos de historia y prácticas historiográficas brasileñas en su relación con el campo de la preservación del patrimonio construido, buscamos el estudio de cómo históricamente la ciudad y la arquitectura fueron estudiadas como una fuente para el campo de la preservación en Brasil en la década de 1980. Buscamos también comprender las manifestaciones teóricas y los autores citados, en los que se aplicaron estudios de los centros urbanos tales argumentos, en especial la Laguna / SC.*

**PALABRAS-CLAVE** *ciudad-documento, Iphan, patrimonio urbano*



## 1. INTRODUÇÃO

Em 2008, ano do centenário da imigração japonesa no Brasil, imigrantes e seus descendentes se mobilizaram em ações de celebração. Dentre os atos que realizaram estava o pedido de proteção legal das primeiras casas dos japoneses no município de Registro/SP, construídas no início do século XX em acordo com as técnicas tradicionais do Japão. O pedido de tombamento era justificado pela necessidade de manutenção às gerações futuras das provas materiais da história dos japoneses no Brasil. As casas dos imigrantes, para seus descendentes, eram documentos do passado no presente. Para o Sr. Rubens Shimizo, presidente do Bunkyo - Associação Cultural Nipo-brasileira, de nada adiantaria preservar as tradições culturais se as provas materiais da imigração, os edifícios, se arruinassem. (Iphan, 2009)

Em junho de 2010 o Conselho Consultivo do Iphan aprovou o tombamento federal de 14 bens culturais da imigração japonesa. Incluídas na lista estavam edificações de feições variadas que, potencialmente, contavam a trajetória dos imigrantes no Brasil: uma igreja católica, uma igreja episcopal anglicana, fábricas de chá e residências. Além disso, tombaram-se as primeiras mudas de chá que deram origem aos chazais da cidade, base econômica da colônia japonesa durante todo o século XX. Os artefatos materiais e naturais eram vestígios dos processos sociais vividos pelos imigrantes no Brasil.

Tal compreensão dos bens imóveis realizada pelos imigrantes e pelo Iphan coaduna com certas práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil que tiveram lugar nos anos 1980. Técnicos do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passaram a utilizar argumentos do campo disciplinar da História para justificar a seleção do patrimônio para além dos cânones da excepcionalidade. Mobilizando autores e conceitos da “nova história” francesa justificavam tombamentos de edifícios e conjuntos urbanos cujas características não se enquadravam nas narrativas de identidade nacional via colonial praticadas nas primeiras décadas da Instituição. Laguna/SC, Cuiabá/MS, Morro da Conceição e Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro, por exemplo, serão preservadas não somente pelo valor histórico das suas edificações, mas também pela sua potencialidade como fonte histórica. Elaboram-se justificativas de preservação de bens imóveis, que buscavam driblar os conceitos do aporte legal do Decreto-lei nº25/37, buscando proteger sítios e lugares por seu valor documental.

## 2. PATRIMÔNIO CULTURAL NOS ANOS 80: A HIPÓTESE DO DOCUMENTO

Para Márcia Sant’Anna (1995), os anos de 1980 foram de grande produção discursiva para a proteção dos sítios urbanos e a redefinição do valor histórico. Os centros urbanos eram selecionados não apenas por serem monumentos artísticos, mas como documentos dos processos históricos, econômicos e sociais de produção urbana.

Segmentos médios que lutavam por qualidade de vida e tomaram o patrimônio como bandeira, somados a minorias e grupos étnicos, levaram à proteção de novos objetos. A redemocratização política, a crise financeira e a falência do modelo de desenvolvimento nublarão ou tornaram menos importantes, em caráter momentâneo, as políticas de aproveitamento turístico e econômico do patrimônio dos anos 70 e o colocaram como



testemunho histórico e dos processos sociais e culturais. (SANT'ANNA, 2004, p. 29, 96) O documento como pressuposto de seleção implicou em considerável aumento das áreas urbanas protegidas.

Os novos enfoques conceituais e metodológicos dos anos 1980 abriram espaço para muitas transformações na área da preservação. Como mostra Márcia Chuva (2008), eles estão ligados a dois aspectos fundamentais: a mudança do papel do Estado e a inclusão de outras esferas do poder público, fruto de novos interesses e de setores da sociedade civil organizada, e a ampliação da noção de patrimônio, atingindo leque mais amplo e diversificado de bens para muito além da perspectiva da identidade nacional unívoca. Neste borbulhar de transformações, onde de bondes a pedras, de mercados a terreiros de candomblé, tudo era patrimônio, é que os desafios metodológicos do campo disciplinar se fizeram sentir de maneira contundente.

O alargamento de conceitos complexificava os desdobramentos práticos, sobretudo quanto aos critérios seletivos. Dada a importância do reconhecimento de bens edificados representativos da história da cidade, da arquitetura ou simplesmente dos processos históricos, sem fixar-se em parâmetros estéticos, recaía-se no problema de como justificar a seleção de certos bens diante da gama de possíveis imóveis preserváveis. O interesse da comunidade nem sempre bastou e, em muitos casos, seguiu-se recorrendo à história ou à arquitetura, não obstante tratar-se de “novas histórias” como a eclética.

Mas, a atuação mais próxima dos historiadores no patrimônio cultural no Brasil dos anos 1980 e os aportes teóricos que trarão, utilizados também pelos arquitetos, serão apropriados e utilizados em tombamentos de centros históricos diversos, cuja demanda por proteção era crescente. A ideia de uma cidade-documento, em oposição à da cidade-monumento, constrói-se neste período e viabiliza o desafio da preservação de cidade de fora do eixo modelar da colonização portuguesa e dos processos econômicos do ouro e da cana-de-açúcar.

No Iphan, a perspectiva historiográfica renovada trouxe novos desafios e práticas também fomentados pelo ingresso de historiadores que buscavam ultrapassar a noção de excepcionalidade para a valorização pela história processual. (CHUVA, 2008, p.39) A argumentação do documento histórico em contrapartida à tradicional noção de monumento isolado (tal como tratado pelo Iphan desde sua fundação), foi cada vez mais utilizada para justificar a seleção bens fora do escopo da anciandade ou das belas artes.

Diante da necessidade de compreensões mais amplas de patrimônio, dadas pela pressão da sociedade e pelo campo disciplinar que desde a Carta de Veneza ampliava a noção monumento, a noção de artefatos materiais como documentos históricos surgiu como uma possibilidade de argumentação. De que maneira a história foi mobilizada nestes processos de preservação e qual a relação com o tema epistemológico das fontes documentais na História são questões que nos interessam problematizar a seguir ainda de maneira bastante preliminar. Como o alargamento da noção de documento chega à arquitetura, permitindo entendê-la como vestígio material? Quais aportes teóricos que aparecem nas argumentações de preservação que se aproximam da noção de documento proposta pelos Annales? Antes, porém, de chegarmos às questões de como o campo disciplinar da História foi mobilizado na preservação, é necessário fazer uma breve incursão pelos temas do documento no conhecimento histórico, refletindo sobre o lugar do ambiente construído como fonte da pesquisa.

### 3. HISTÓRIA E DOCUMENTOS

A noção de documento proposta pela Escola dos Annales, que inicialmente congregou os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre em torno da revista fundada em 1929, balizou o ofício do historiador durante o século XX. Na base das transformações propostas à prática estava o questionamento aos documentos e as novas abordagens no seu uso. Contrapondo-se à história positivista do século XIX, em que o documento válido era o textual, fonte de verdade e de fatos, tais historiadores buscavam uma visão problematizadora da história. Com o aporte de outras áreas das ciências sociais, construíram a “história problema” em oposição à história narrativa factual em que os eventos sucediam-se num encadeamento cronológico e muitas vezes biográfico. Nesta perspectiva, os conceitos que norteavam a produção historiográfica nem sempre estavam às claras. A história cientificista, investida de objetividade, fundava-se na verdade documental. Já a história problema colocava as hipóteses e perguntas antes dos fatos e dos acontecimentos, destacando, a construção historiográfica. (REIS, 2010, p. 96-97)

Ao retirar a possibilidade de extrair a suposta verdade dos documentos textuais, investidos da aura de autenticidade, os historiadores dos Annales se colocavam diante do desafio intrínseco à sua visão da escrita da história, que é o do trato com as fontes. O uso das fontes exclusivamente documentais limitava a compreensão e conseqüentemente a leitura dos outros dados que frequentemente escapavam ao historiador, como por exemplo, dados estatísticos, jurídicos e econômicos. A história que propõem será intrinsecamente associada ao uso de documentos variados, que ajudariam nas “respostas” às perguntas formuladas pela problematização inicial. Os documentos eram de ordem variada, organizados, portanto, conforme as necessidades da pesquisa. Tudo que pertenceria ao homem e demonstrasse suas atividades, gostos e maneiras de ser, interessaria ao historiador, conforme Lucien Febvre:

*A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que pertencendo ao homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (Apud LE GOFF, 1992, p. 540)*

Marc Bloch (2001) aponta que o conhecimento do historiador é sempre produzido com vestígios, documentos incompletos de fenômenos, em si, impossíveis de captar. O que se tem acesso no presente é um fragmento do passado. E tais testemunhos são extremamente diversos, quase infinitos. Tudo o que o homem escreve, fabrica e toca serve para informar sobre ele. A pesquisa histórica deve levar em consideração uma multiplicidade de documentos e testemunhos para se realizar. Não haveria, portanto, um único documento para um único problema. A exaustiva tarefa de reunir bases documentais, compreender suas lógicas próprias e verificar as ausências seria o primeiro esforço do historiador na tarefa de construção de problemas para a pesquisa. O trato com fontes diversas era uma premissa da história-problema, construída como método crítico.

O alargamento das bases documentais anunciado desde a geração fundadora dos Annales levou ao que se nomeou “revolução documental” que aconteceria a partir dos anos 60. Jacques Le Goff no texto Documento/Monumento escrito para a Enciclopedia Einaudi no final dos anos 1970 esclarece que a mudança no trato com os documentos foi ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa. A história se interessaria por todos os homens e seus vestígios. Ao mesmo tempo, a era digital viabilizou o tratamento de dados em massa, em grandes números,

no que seria a história seriada e quantitativa. Mas o cerne da questão permanece o da crítica ao documento na sua multiplicidade possível. (REIS, 2010)

Embora o uso das fontes documentais para além das textuais é dado da escrita contemporânea da história, algumas limitações são observadas. Duas nos interessam mais de perto. A cultura visual e a cultura material são campos que permanecem pouco explorados pelos historiadores. Ulpiano Bezerra de Meneses (2003) chama atenção para o uso restrito com que as fontes visuais são utilizadas pelos historiadores. A História tem se colocado à margem dos esforços feitos por outros campos disciplinares como a Antropologia do uso cognitivo da esfera da visualidade. Uma exceção seria o universo da fotografia, onde há usos consistentes da crítica à imagem como documento, absorvendo a problemática teórico-conceitual da imagem, além de estar atento às dimensões sociais e históricas da sua história. Nas demais manifestações visuais, seu uso pelos historiadores permanece restrito ao da mera ilustração, alheio às questões teóricas da representação e à natureza da imagem visual e da visualidade, ou como repositório de informação em empírica.

De modo correlato, a cultura material, utilizada como categoria de análise, ainda é de uso restrito entre os historiadores. Mais uma vez recorro a Ulpiano Meneses (1985) para definir o conceito de cultura material como o “segmento do meio físico socialmente apropriado pelo homem”, onde ele “intervém, modela, dá forma a tais elementos, segundo propósitos e normas culturais”. Comumente, os objetos são marginalizados no horizonte mais amplo ou, são utilizados, tal como nas fontes visuais, para ilustrar aquilo que os documentos textuais já haviam apontado. Se o uso de fontes variadas e sua consequente problematização encontra barreiras em campos que, de certa forma, poderiam ser afeitos aos domínios do historiador, é pertinente perguntar quais seriam as possibilidades de uso das edificações e da cidade como fontes de pesquisa, no âmbito do conceito de cultura material.

O dado consensual de que as fontes do historiador para a compreensão e problematização do passado devem amplas e variadas, poderia levar à inclusão da gama diversificada dos objetos da cultura material, como os próprios bens edificados, isoladamente ou em conjunto. Há muita pertinência na aproximação teórico-metodológica entre conceito de cultura material e as pesquisas referentes ao mundo edificado, como apontou Beatriz Bueno (2012). Compreender a cidade e a arquitetura sob a ótica da apropriação social pelo homem possibilitaria ampliar os domínios da história da especialidade, rompendo com endogenias do campo disciplinar. Superar a auto referência aos seus processos, ajudaria a colocar novos problemas e perguntas aos objetos já conhecidos, evitando-se incorrer na história “de uma coisa só”. Afinal, as coisas materiais não são uma parcela reificada dos fenômenos históricos. (MENESES, 1985)

Já no campo da história da arquitetura e do urbanismo, a presença dos objetos coloca outra sorte de problemas à pesquisa. A possibilidade do contato com os objetos materiais na longa duração muitas vezes faz parte das escolhas de pesquisa, levando à concentração do foco nelas mesmas. O imediatismo do conhecimento do objeto histórico dado pela presença dos edifícios e/ou da cidade pode nublar outras instâncias como a do projeto, a da obra e a da passagem no tempo nestes mesmos objetos. Marina Waisman (2013) aponta que no campo da história da arquitetura e do urbanismo, um dos desafios da investigação advém justamente da dificuldade em superar a narrativa dos eventos – no caso, os próprios edifícios icônicos entendidos como fatos históricos. A autora aponta a dificuldade da proposição de uma história-problema a exemplo daquela proposta pela “nova história” francesa. A história da arquitetura de matriz europeia tradicional foi marcada pelos eventos, pela pontuação e estudo dos acontecimentos



organizados linearmente. Mas ela deveria “mover-se em vários planos, entrecruzando linhas de desenvolvimento, sem cair, em momento algum, na narração linear única”. (WAISMAN, 2013)

Parece-nos que, para entender a arquitetura como fonte histórica, seria interessante retomar o conceito de Documento/Monumento de Le Goff. Ao propor que todo documento é um monumento, o historiador aponta que ele não se separa da sociedade que o produziu, mas antes é produto de suas ações e da passagem do tempo na sua existência. E a crítica a ele como fonte deve compreender o seu papel de rememoração no presente.

É, com efeito, a partir deste ponto que é preciso retomar a discussão da preservação do patrimônio cultural no Brasil nos anos 1980. A outrora “academia Sphan” se vê neste momento desafiada a produzir conhecimento diante da demanda por novas atribuições de valor a objetos para além “do belo e do velho”. Buscará, a partir da esfera da cultura, estudar o sistema de representações contidos nos objetos. Interessados em novos aportes conceituais, os técnicos do patrimônio cultural os encontram nos autores da “nova história” francesa.

### **3. A ARQUITETURA COMO FONTE DOCUMENTAL NA PRÁTICA PRESERVACIONISTA BRASILEIRA DOS ANOS 1980**

Márcia Sant’Anna (1995) e Lia Motta (2000) indicam que o estudo de tombamento da cidade de Laguna pode ser considerado o ponto de inflexão nas práticas de preservação dos anos da redemocratização. As argumentações mobilizadas em favor da preservação de uma cidade em que os processos sociais e econômicos estavam presentes no seu espaço construído trouxeram novidades para o campo, dentre as quais, o já referido uso das argumentações da História. O estudo de Laguna realizado por Luiz Fernando Franco, arquiteto da instituição, olhará para os bens imóveis da cidade como conjunto e não como somatório de edificações de valor arquitetônico, justificadas pela História, subvertendo a prática conhecida de tombamento de cidades.

A possibilidade de entender os bens culturais, especificamente os centros históricos, como fontes documentais viabilizará, a nosso ver, a proteção de bens imóveis que dificilmente encontrariam possibilidade de preservação nos conceitos da excepcionalidade determinada pela legislação de tombamento.

O processo de tombamento de Laguna é aberto em abril de 1984, após o pedido ao Sphan/Pró-Memória feito pelo Prefeito da cidade, João Gualberto Pereira. A solicitação tinha caráter de urgência. Um decreto municipal proibia por 90 dias demolições de imóveis na sua área central e o prefeito, diante das “grandes dificuldades de arcar com tais problemas”, solicita a ajuda ao Patrimônio Nacional. Após o prazo de 90 dias, afirmava que seria “difícil manter a integridade do centro de Laguna”. Sofrendo inúmeras pressões para a construção de novos edifícios, a cidade vinha assistindo ao desaparecimento de edificações históricas importantes. Dois anos antes, em 1982, um dos prédios icônicos da arquitetura lagunense havia sido demolido num prazo quatro horas, sem nada pudesse ser feito. E as pressões por transformação seguiam.

Diante do pedido, Julio Curtis, diretor da então 10ª Diretoria Regional, sediada em Porto Alegre, envia um telegrama a Augusto da Silva Telles, Diretor da Divisão de Tombamento e Conservação do Sphan: “Solicito Vossa Senhoria urgência decisão sobre tombamento



provisório Centro Histórico de Laguna cuja Prefeitura mostra-se impotente deter processo rápido descaracterização.” (Processo 1122-T-84)

Outro telegrama segue a Brasília para o Secretário de Cultura do MEC, Marcos Villaça, solicitando autorização para as providências. No dia 02 de julho de 1984, a pouco menos de 30 dias de terminar o prazo de proibição de demolições em Laguna, o prefeito escreve carta à Secretária da Educação, Esther Figueiredo Ferraz, solicitando providências ainda mais urgentes. Em 6 de agosto de 1984, Augusto da Silva Telles escreve ao Prefeito dando ciência da abertura do processo de tombamento, e explicando que o estudo requeria tempo para uma definição precisa da área e dos seus graus de proteção. Sugere a prorrogação do decreto municipal por mais 60 dias.

Cerca de um mês de depois, em 19 de setembro de 1984, o parecer de tombamento é enviado a Dora Alcântara, Coordenadora da Divisão de Tombamento e Conservação do Sphan, pelo arquiteto Luiz Fernando Franco. No final do mês de novembro daquele ano, o Conselho Consultivo reunia-se em Curitiba e tombava o centro histórico de Laguna, de acordo com as recomendações do setor técnico do Sphan.

Em rápido período de tempo, o arquiteto Luiz Fernando Franco organiza argumentação contundente e persuasiva o suficiente para justificar a proteção de núcleo urbano que até aquele momento não havia se configurado como de interesse à instituição. O arquiteto inicia o memorando lembrando os pontos de vista institucionais cristalizados como prática e como quadro de memória: a cidade não tinha excepcionalidade. (Motta, 2000) E dentre as edificações existentes de valor excepcional ele não saberia destacar outra que não fosse a Casa de Câmara e Cadeia, já tombada em 1953. Mas, apesar disso, a cidade era um documento precioso da história urbana do país. Assim inicia o documento:

*Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento. (...) Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis e embora estes tenham sido ali assinalados – do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude da sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais; e sobretudo pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes. (Processo 1122-T-84)*

As referências aos cânones do Decreto-lei nº25/37 aparecem claras. Seu interesse não era pelos eventos notáveis que pudessem ter ocorrido ali, mas sim para forma com a qual a área urbana da cidade era a precipitação dos processos de ocupação do território brasileiro, mais especificamente na expansão das fronteiras meridionais. Interessava preservar Laguna não pela arquitetura, mas pela história. Mas certa história, não a factual, da sucessão de acontecimentos da qual a arquitetura poderia ser a prova material. E menos ainda a da história da arquitetura reificada, justificada nela mesma.

A cidade poderia ser um documento para contar a história dos processos de fora “historiografia factual”, que em certos espaços e tempos se transformavam em “desertos processos culturais longínquos no espaço econômico, social ou geográfico”, aqui fazendo uma citação devidamente explicitada a Marc Bloch e a sua “Apologia da História”. A região sul, como sugere Franco esteve à margem dos processos econômicos do período colonial, mas não por isso, deixou de ter papel importante. É a partir deste lugar da cidade de Laguna como externa aos acontecimentos da América Portuguesa, naquele momento ainda pouco estudados e conhecidos, que se justifica a sua preservação como documento pelo Sphan:





“Este é o sentido ‘menor’ do documento representado por Laguna, cuja preservação se legitima pela especificidade do processo de ocupação dos territórios meridionais e pela exigência de seu estudo”  
(Processo 1122-T-84)

A argumentação pela história para justificar a preservação da cidade havia sido anunciada já no ofício do Prefeito com o pedido de tombamento. Sua preocupação era justificar a importância da cidade no contexto nacional,

“(...)para impedir o desaparecimento do mais rico conjunto urbano existente no Sul do Brasil com implicações históricas profundas no contexto nacional tais como a passagem do sul meridiano de Tordesilhas, núcleo de expansão rumo ao atual território do Rio Grande do Sul, sede da República Juliana, berço de Anita Garibaldi, testemunho vivo da passagem pelo Brasil de José Garibaldi.” (Processo 1122-T-84)

A tentativa de vinculação da cidade e não de um só edifício aos “fatos memoráveis” da história indicava um caminho para o estudo de tombamento, plenamente amparado pelo Decreto-lei nº25. Mas a opção do estudo caminhou no sentido diverso, o de coadunar com uma bibliografia do campo disciplinar da História, amparado em autores como Fernand Braudel e Marc Bloch, além dos aportes teóricos da filosofia de Adorno, Horkheimer e Lukacs. Ainda é muito cedo para saber como se deu contato de Luiz Fernando Franco com essa bibliografia, e de que maneira a História estava em pauta de discussão na Área Central do Iphan naqueles anos de redemocratização, tema que carece de mais pesquisas.

O que se sabe sobre o Iphan do período da ditadura civil-militar e da redemocratização é que mesmo que as sólidas bases lançadas durante o Estado Novo mantivessem-se firmes, sentia-se a pressão por novos posicionamentos e a dificuldade de lidar com os velhos objetos e seus novos problemas. Além disso, o acervo patrimonial constituído não representava mais o que esperava da imagem do nacional, ela mesma questionada. Perde força a “nação” como norteadora dos critérios seletivos para equacionarem-se as de desenvolvimento econômico e social.

Genericamente pode-se afirmar que o procedimento corrente no Iphan sobre os centros urbanos até os anos 50 foi pela realização de tombamentos de cidades homogêneas, objetos artísticos prontos e fechados, no sentido de que não haveria possibilidade de crescerem. Foram privilegiadas cidades pequenas e isoladas, distantes de grandes centros. As áreas históricas desses também não foram contempladas para não gerarem empecilhos ao desenvolvimento. A partir dos anos 1950 os modelos seletivos de áreas urbanas mantêm-se com poucas variações, voltando-se à preservação paisagística das cidades de maior porte, agora pressionadas pelo crescimento urbano. Outra diferença significativa é que a fronteira do patrimônio expandiu-se para além de Minas e Rio, tombando-se exemplares do urbanismo do século XIX, como Vassouras/RJ, São Luís/MA e Petrópolis/RJ. Vigorou até o final da década de 1960 o tombamento pelo valor artístico, representado pela existência de exemplares de grande valor (igrejas, fortes, sobrados), com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e XVIII, com urbanização da América Portuguesa. O município de Iguape, no Estado de São Paulo, por exemplo, teve na ocasião o pedido de tombamento negado por não corresponder aos critérios estético-estilísticos estabelecidos, tendo muitas construções com “alterações” do século XIX. (IPHAN, 2009) Penedo, em Alagoas, também teve inicialmente o tombamento negado, mas por contar com um edifício moderno em altura que atrapalhava a visibilidade dos bens históricos e o conjunto urbano. (SANT’ANNA, 1995, p.117-134)

Os tombamentos do Iphan da década de 70 trouxeram novidades, ainda que pequenas frente às expectativas. O eclético entrou na pauta, sendo inscritos exemplares importantes como a



Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal no Rio de Janeiro. E edificações fora do perfil dos livros do tomo foram declaradas patrimônio nacional, como o Mercado Ver-o-Peso em Belém do Pará, mesmo que protegido por suas qualidades estéticas e não por seu caráter de mercado popular, de local de encontro e trocas sociais. As cidades baianas de Mucugê, Cachoeira, Rio de Contas, Lençóis e Itaparica foram declaradas bens culturais nacionais, sobretudo por influência das políticas patrimoniais que se seguiram a partir das indicações dos consultores internacionais.

O estudo para o tombamento da cidade de Icó no Ceará é emblemático da identificação e seleção do patrimônio nacional naqueles anos, demonstrando os esforços de ressignificação da arquitetura de modo a incluí-la nas listas do tomo. Embora aberto e iniciado em 1974 só foi concluído em 1998 com a inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico. Até os anos setenta, por ter feições arquitetônicas do século XIX e por não estar nos parâmetros de cidade colonial estabelecidos pelo Iphan, não tinha ressonância nacional. As razões do tombamento vieram de Augusto da Silva Telles em 1974, que destacou o caráter íntegro do conjunto arquitetônico da cidade, o que levava a seu grande potencial turístico, articulando o discurso corrente de associação entre desenvolvimento e preservação. (PEREIRA, 2009b, p. 70-85)

Portanto, a argumentação da cidade-documento realizada a partir de Laguna será uma novidade significativa na história do patrimônio brasileiro. No estudo da cidade, Luiz Fernando Franco defenderá as cidades como documentos e, para além disso, o seu uso como documentos não-tradicionais, a exemplo da revolução documental realizada pela historiografia dos Annales, que permitiriam a produção de novos conhecimentos. Neste caso, a cidade era potencialmente o documento para ser conhecer a ocupação do território nacional. O que importava eram os significados contidos nas formas da materialidade da cidade, construídos pelas comunidades que nela habitam. Me parece fundamental que as argumentações da preservação do documento histórico serão aceitas e incorporadas dentro Iphan, que passará a usá-las na preservação de cidades de Cuiabá/MS, Natividade/GO e São Francisco do Sul/SC.

Mas a possibilidade de romper com a perspectiva estritamente visual, fachadística ou das características estilísticas para a preservação de bens culturais a partir dos conceitos da cidade-documento estruturados nos anos 80, não tiveram longevidade prática além da sua década. Tais elaborações do patrimônio enquanto documento acabaram por ser suplantadas ou, ao menos, obscurecidas nos anos 90. A apropriação cenográfica dos espaços urbanos desconsiderou as práticas de preservação calcadas na historiografia da cultura, as quais criaram “as bases para o reconhecimento da história de cada localidade, independentemente do julgamento de suas características arquitetônicas, visuais, estéticas ou estilísticas.” (MOTTA, 2000, p. 259) Se o legado prático foi restrito face ao potencial teórico que o conceito de cidade-documento apresentava, nos parece que o legado conceitual ainda está por ser estudado, o qual possibilitaria muitos aportes teóricos ao campo disciplinar da história da arquitetura e da urbanização, em particular para a compreensão dos bens materiais como documentos.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, M. A apologia da história, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.



- BUENO, Beatriz. Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.20. n.1. p. 11-40. jan.- jun. 2012.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- \_\_\_\_\_. "O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural". *I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no Iphan. Anais da*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.
- IPHAN (BRASIL). Dossiê de tombamento de bens culturais da imigração japonesa em Iguape e Registro/SP. São Paulo: Superintendência do Iphan em SP, 2009.
- \_\_\_\_\_. Estudos de tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN/ Departamento de Promoção, 1995.
- KNAUSS, P. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006
- LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.
- MENESES, U. T. B. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n.45, p. 11-36, 2003.
- \_\_\_\_\_. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, São Paulo, n.115, p. 103-117, 1985. MOTTA, L. Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990. Dissertação (Mestrado) Memória Social e Documento UniRio. Rio de Janeiro: 2000a.
- PEREIRA, J. W. "Nem heroico nem moderno: a constituição do 'Patrimônio Histórico Artístico Nacional' gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979)". In: IPHAN (Brasil). Programa de Especialização em Patrimônio – Artigos (2005 e 2006). Rio de Janeiro: IPHAN/ Copedoc, 2009a.
- PROCESSO 1122-T-84. Centro Histórico de Laguna. Rio de Janeiro, Iphan, 1984.
- REIS, J. C. O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- SANT'ANNA, M. Da cidade-monumento à cidade documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (mestrado) FAU-UFBA. Salvador: mimeo, 1995.
- \_\_\_\_\_. A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese (doutorado) FAU-UFBA. Salvador, 2004.
- WAISMAN, M. O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.